Sistematização pode derrubar o anteprojeto

A hipótese é admitida pelo relator, Bernardo Cabral, que já trabalha em um substitutivo

A Comissão de Sistematização pode tudo, até mesmo derrubar integralmente o projeto de Constituição elaborado a partir das propostas aprovadas nas comissões temáticas. Esta hipótese foi admitida ontem pelo relator Bernardo Cabral, mesmo não sendo prevista pelo regimento. Se isto se confirmar na votação do projeto no próximo dia 15, todo o trabalho realizado até agora pela Constituinte, ao longo dos últimos seis meses, cai por terra. "Ficaríamos sem qualquer projeto. Neste caso a solução seria me encarregarem de elaborar um substitutivo antes do tempo", observou o relator.

Embora não esteja pensando na possível rejeição global do projeto de Constituição pelo plenário da Sistematização, Bernardo Cabral anunciou que já está trabalhando na elaboração do substitutivo que pretende apresentar em agosto, este sim, de sua autoria. "Não vou esconder, passei o sábado e o domingo trabalhando nisso", revelou.

Este novo substitutivo, segundo o deputado, terá um perfil realista e poderá absorver "as coisas boas" do atual projeto, que não podem ser desprezadas, mas não terá mais que 200 artigos. Será também essencialmente político, pois pretende negociar todos os pontos com as lideranças partidárias. As questões polêmicas ficarão a cargo de decisão do plenário. Cabral não quis qualificar o seu futuro projeto como progressista, pois entende que no atual projeto há coisas boas rotuladas de conservadoras e vice-versa. "Prefiro dizer que será realista, de acordo com o equilíbrio que me caracteriza".

Para recolher subsídios a serem utilizados na elaboração do seu substitutivo, além do que recolheu de representantes de todos os segmentos da sociedade que já lhe procuraram, o relator Bernardo Cabral diz que irá se basear em pesquisas de opinião, e será a síntese do que sentir que quer a maioria social.

O trabalho realizado até agora e que poderá ser descartado por não agradar a vários setores políticos, na opinião do relator, não terá sido em vão. "Serve como trabalho pedagógico para os parlamentares", diz. Mas nada será jogado no lixo. Em respeito ao trabalho dos constituintes, Bernardo Cabral revela que procurará aproveitar muita coisa em seu substitutivo, o que sobrar vai para a legislação ordinária.

NOVO PRAZO

Até o final da tarde de ontem, Bernardo Cabral e a equipe que o assessora continuavam no trabalho de revisão das emendas apresentadas na Comissão de Sistematização. Das 5.607 emendas encaminhadas, apenas cerca de 1000 foram consideradas de adequação e serão aproveitadas. O restante, mais de 4000, está sendo indeferido pelo presidente da Comissão, Afonso Arinos, e as emendas não poderão ser votadas em destaque na Comissão. Estas 1000 emendas consideradas de adequação, que foram aproveitadas pelo relator, tratam, em sua maioria, de pontos referentes à energia nuclear, conceito de empresa nacional e direitos e garantias fundamentais.

Sobre as emendas de mérito apresentadas por parlamentares que representam os interesses do Governo, liderados por Carlos Sant'Anna, Bernardo Cabral disse que "estão sendo tratadas com todo carinho, mas se são de mérito estão sendo indeferidas pelo presidente Afonso Arinos".

Por causa da enorme quantidade de emendas de mérito apresentadas, dificultando o trabalho de análise, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, concedeu ao relator Bernardo Cabral mais dois dias para apresentar o seu parecer. Hoje ele teria de encaminhar o projeto com o parecer sobre as emendas ao presidente da Constituinte, mas com o novo prazo o fará na quinta-feira à noite. Apesar da dilatação do prazo do parecer sobre as propostas, a data final para votação não será alterada, estando prevista para o dia 15 próximo.

No próximo sábado e domingo, em sessões marcadas para a parte da manhã e à noite, o projeto com as emendas será discutido e votado na Comissão de Sistematização. Depois, o próximo passo é a votação da redação final no dia 15, quarta-feira, para no dia seguinte o projeto ser encaminhado ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Em relação a pressões que possam ser exercidas em plenário nos dias de votação, Bernardo Cabral adiantou, categórico: "Nenhum segmento vai chegar na Constituinte com um prato feito. Os constituintes não aceitarão".

GIVALDO BARBOSA

Bernardo Cabral e seus relatores auxiliares começam a examinar as emendas da Comissão de Sistematização

Primeiro confronto será dia 15

O primeiro grande confronto entre os conservadores que integram o grupo Centro Democrático, liderado pelo deputado Carlos Sant'Anna, líder do Governo na Câmara, e os progressistas na Comissão de Sistematização deverá acontecer no próximo dia 15, quarta-feira, quando será votada a redação final do primeiro projeto de Constituição, com as emendas já incorporadas. No dia seguinte — 16 — o relator Bernardo Cabral encaminhará o projeto ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte, onde será discutido e emendado por um prazo de 40 dias.

O próprio Carlos Sant'Anna prevê que será um processo de votação tumultuado, pois pretende, juntamente com seu grupo que defende as propostas do Governo, lançar mão de todos os dispositivos regimentais para garantir a apreciação de emendas de mérito, em destaque. Insatisfeito com alguns pontos do projeto, como a adoção do parlamentarismo a partir de 15 de março do ano que vem, anistia para os militares e estabilidade no emprego, o presidente José Sarney tem como fiel escudeiro o seu líder Carlos Sant'Anna, que vem brigando com o regimento para tentar modificar o projeto ainda na Comissão de Sistematização. Isto entretanto não é permitido regimentalmente.

Ao assumir a defesa do Governo na Constituinte, Carlos Sant'Anna tornou-se o vilão do PMDB, formalizou uma dissidência dentro do partido com a criação do Centro Democrático, tem fortes opositores nas figuras do relator Bernardo Cabral, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e agora o presidente da Sistematização, senador Afonso Arinos. Chegou até a ser tachado de "nazista" pelo peemedebista Waldir Pugliesi (PR), que não aceita as ingerências do Governo no processo constituinte. Mas o líder não se intimida com as críticas e garante que tem maioria para aprovar na Sistematização as suas teses.

— A Comissão de Sistematização tem poder decisório, quem tiver mais voto vai ganhar — desafia Carlos Sant'Anna, que irá usar todos os recursos para colocar em votação as emendas de mérito.

CECE

Ulysses preside a reunião que fixou as normas de segurança e diz não esperar "baderna"

Constituinte restringe o acesso e amplia segurança

A mesa da Constituinte baixou ontem ato que garante apenas 438 dos 935 lugares nas galerias para populares, libera o Salão Negro para manifestações e restringe as áreas adjacentes ao plenário aos constituintes, aos jornalistas, aos funcionários e a cinco representantes credenciados por entidade interessada em acompanhar mais de perto os trabalhos da Assembléia. Até agora, já foram credenciados membros de mais de 300 entidades, segundo informou o 1º secretário, deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA).

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), declarou que a mesa praticamente reeditou o que já existe nos regimentos da Câmara, do Senado e da Constituinte, e disse estar certo de que os populares não virão "com ânimo para fazer desordem e baderna". Ulysses disse também não acreditar que possa haver problemas que afetem o funcionamento da Assembléia.

GALERIAS

As galerias serão divididas para abrigar autoridades e membros do Corpo Diplomático, imprensa e populares. Estes, receberão senhas a serem distribuídas pelos partidos políticos. O 3º secretário, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), propôs que as senhas fossem entregues aos constituintes, argumentando que do contrário o controle da distribuição ficaria exclusivamente nas mãos das lideranças. Ele ficou de apresentar uma proposta, mas o 2º vice-presidente, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), informou que será mantida a sugestão de distribuição aos partidos, porque esta é uma norma regimental, e ainda porque há 438 lugares para o público em geral, e 559 constituintes. Arbage disse também que os pequenos partidos não receberão quantidade maior de senhas da que têm direito em função de suas bancadas. Ulysses, entretanto, declarou que os partidos menores seriam beneficiados com ajustes na divisão proporcional.

Nas galerias, não será exigido o traje passeio completo, conforme assegurou Arbage. Nas áreas privativas, entretanto — Salões Verde e Azul, salas das comissões e subcomissões ele será obrigatório. O Salão Negro será liberado a todo o tipo de concentração, desde que seja feita solicitação, pelos partidos, com no mínimo cinco dias de antecedência. Ao plenário terão acesso, além dos constituintes, ex-parlamentares, jornalistas, funcionários em serviço e os ministros de Estado.

SEGURANÇA

Os 400 agentes de segurança da Câmara e do Senado trabalharão nos dias de grande movimento e, segundo Arbage, todos os que estão lotados nos gabinetes serão convocados. O presidente Ulysses Guimarães disse que não está previsto o aumento do contingente, mas admitiu que se houver necessidade, poderá ser adotada providência semelhante à tomada em relação ao serviço médico — um convênio com o governo do DF. Ulysses disse ainda que não será necessário convocar a Polícia Militar, pois o serviço de segurança do Congresso "pode se desincumbir das suas funções".

A mesa aprovou também a instalação de um detector de metais à entrada das galerias. Eventuais pacotes carregados pelas pessoas serão retidos.

— Seria uma irresponsabilidade nossa não considerar a hipótese de um sujeito chegar com uma bomba — disse Cordeiro, que informou que não se cogitou de revistar pessoas ou de utilizar um detector de metais manual na entrada do Salão Negro.

Cordeiro disse também que o ato visa a garantir o trabalho dos constituintes e a segurança das pessoas que irão ao Congresso "contra provocadores":

— Haverá um movimento de pessoas que romperá a rotina. A previsão é a de que 10 mil pessoas estarão aqui nos momentos culminantes, e há notícias de caravanas.

Arbage considerou que o povo não foi marginalizado, pois está representado pelos 559 constituintes:

— Não vai ser fácil botar ordem, mas vamos tentar, afirmou.

Sant'Anna se desculpa com Arinos

A arrogância cedeu lugar à humildade. Reconhecendo que não ficara bem como líder do Governo na Câmara se referir de maneira pouco cortês ao presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, o deputado Carlos Sant'Anna foi ontem pessoalmente ao gabinete do senador para se desculpar. Na semana passada Sant'Anna subestimou a capacidade de Afonso Arinos de cumprir determinação do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, de indeferir e arquivar todas as emendas de mérito encaminha das à Sistematização, dentre elas um grande número de interesse do Governo. "O presidente Afonso Arinos não tem idade para dar o golpe do galão", dissera Sant'Anna.

Sem a autoconfiança que exibira nos últimos dias, principalmente depois de ser notificado que Afonso Arinos realmente cumprira a decisão regimental, rejeitando as mais de quatro mil emendas de mérito, o líder Carlos Sant'Anna chegou ontem ao gabinete do senador, aparentemente constrangido. "Vim desfazer um grande equívoco", anunciou, justificando que tinha havido uma distorção no comentário que fizera. Ele afirmou que, na verdade o que quis dizer é que o senador Afonso Arinos, como um parlamentar profundamente experimentado, até pela idade que tem, sabe que atitudes radicais não levam a nada.

Quanto a Arinos, pareceu ao final pouco impressionado com a visita de desagravo "Foi uma gentileza do deputado Carlos San'Anna, mas eu não estou aqui para discutir as suas teses. Minha tarefa é cumprir o regimento" comentou apenas, visivelmente aborrecido com o assunto.

"Vai ser uma loucura", prevê Amaral

"Os incidentes na Constituinte serão inevitáveis. Isso vai acabar virando uma loucura. Não vai haver controle de nada" — a previsão é do líder pedessista na Constituinte, deputado Amaral Neto (RJ), que confessa já ter encontrada pelo menos uns 20 parlamentares armados.

Amaral está convencido de que os constituintes não terão nenhuma proteção. "Vai ficar pior do que em 63, quando tínhamos de estar prontos para brigar a qualquer momento".

O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), comentou, a seu ver, um grande erro ao permitir a realização do comício do pró-diretas hoje, à noite, na rampa do Congresso. "Agora qualquer grupo que pretenda fazer um comício no Congresso tem todo o direito e ele não poderá negar. Vai ser uma confusão louca".

A divisão das galerias e a proibição de circulação nas proximidades do plenário, aprovadas pela Mesa da Constituinte, parecem-lhe outra bobagem porque não há a menor possibilidade de serem respeitadas.

"Todas essas entidades trarão milhares de pessoas. Vocês acham que não haverá um parlamentar que resolva dar apoio a este ou aquele movimento? Quem é que vai impedir que eles passem do Salão Negro? Nosso guardas de segurança, que são, no máximo, 600? No primeiro dia de manifestação isso estará desrespeitado".

Amaral também não acredita em qualquer providência para evitar incidentes dentro do plenário. Estes serão inevitáveis. Uma das idéias que lhe parecem boas para diminuir o grau de tensão é a do senador Iram Saraiva (PMDB-GO) de que as votações nominais sejam transmitidas pelo rádio e televisão.

PROCURADOS

"Fui marginalizado", diz Felipe Cheidde

MARILENA DEGELO
Da Sucursal

São Paulo — Foi localizado ontem à tarde em seu escritório de advocacia, no centro bancário de São Paulo, o deputado Felipe Cheidde (PMDB-SP), que desde o início dos trabalhos da Constituinte compareceu a apenas uma reunião da Subcomissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia da Constituição.

— Não vou mesmo, porque me senti marginalizado. Eu queria fazer parte da Comissão de Cultura e Esportes, da qual fiz parte na legislatura passada, na Câmara, e agora quando chega na Constituinte me põem fora dela. Não tem sentido.

Cheidde assume a sua completa ausência da Constituinte, mas ficou indignado com a informação publicada domingo no CORREIO BRAZILIENSE de que ele "está na linha de frente do jogo do bicho no ABC paulista, onde colhe lucros e votos". Disse já ter processado dois jornalistas e seis vereadores pela mesma acusação mas nada conseguiu: "O que me magoa é ser chamado de bicheiro".

O deputado esclareceu que sua vinculação ao jogo do bicho é só pelas suas ligações de amizade com o vereador e bicheiro de Santo André, Serafim Vicente, já falecido. Ou ainda pela freqüência com que é visto nos cassinos de Las Vegas e pela amizade com o cantor norte-americano Frank Sinatra.

Para ser descaracterizado como bicheiro, um estigma que acompanha há tempos, Felipe Cheidde até fez no dia 4 de outubro de 1984 um pronunciamento de 25 minutos na Câmara Federal chamando a polícia de corrupta por permitir e proteger o jogo do bicho. Afirmou, entretanto, que é a favor da legalização tanto do jogo de bancada, porque renderia muitas divisas ao Brasil, como do de bicho. Nunca entrou com projeto nesse sentido, nem quis entrar na comissão que trata do assunto para não vinculá-lo ainda mais com jogos.

Mas não seria essa ou qualquer uma de suas atividades em São Paulo que o afastariam da Constituinte se não o tivessem colocado na suplência da Comissão de Cultura e Esportes. Cheidde tem um escritório de advocacia em São Paulo, mas nunca atuou profissionalmente nessa área. Apenas advogou algumas vezes em causas de amigos.

Há 26 anos é presidente do Esporte Clube São Bernardo, que mantém com seus próprios recursos, mas só se dedica à agremiação prestigiando os jogos nos fins de semana. Cheidde se apresenta como empresário dos setores imobiliário e pecuário. Possui dois loteamentos em São Bernardo, entre outros imóveis no ABC, duas fazendas no Mato Grosso e uma em Itapeva, interior de São Paulo. "Uso o meu helicóptero para ir às minhas fazendas" — explica o deputado.

Mas ressalta que todas essas atividades não prejudicam suas funções legislativas:

— O meu tempo todo dedico ao mandato de deputado federal, atendendo meus eleitores em meus escritórios de São Bernardo e de São Paulo. Não sou omisso. A cada 15 dias vou a Brasília participar das sessões da Câmara às segundas-feiras, onde já apresentei três projetos: bancos de sangue nas estradas, proteção dos rádioamadores e preservação de madeiras nobres para o mercado interno.

Em seu escritório, o deputado Cheidde (um dos procurados) diz que se desinteressou da Constituinte ao ser excluído da Comissão de Cultura e Esportes. E diz não jogar no bicho

JOÃO BITTAR/ANGULAR

PROCURADOS

FELIPE CHEIDDE — Comerciante, advogado e empresário, 50 anos, eleito por São Paulo e ausente do Congresso há muito tempo. Não apresentou propostas, emendas e nem compareceu às reuniões. Paradeiro: incerto

ALAIR FERREIRA — Industrial e economista, 66 anos, deputado pelo Rio de Janeiro, ausente do Congresso desde o ano passado. Não apresentou propostas e nem emendas, nem compareceu às sessões. Paradeiro: não sabido

Quem sabe onde eles andam?

Onze dos 559 constituintes estão à margem do processo de elaboração da nova Carta, não tendo apresentado nenhuma proposta ou emenda e participado de raras reuniões e debates em subcomissões, comissões e mesmo no plenário. Felipe Cheidde e Alair Ferreira (fotos acima) são os exemplos extremados desse grupo de omissos, entre os quais se incluem a filha de Jânio, Dirce Tutu Quadros, o senador Lourival Batista, o deputado Jonival Lucas e outros. Mas há casos de deputados e senadores que, embora sempre presentes, se ausentaram em votações decisivas, como é o caso de Márcio Lacerda e Benedicto Monteiro, cuja falta foi sentida nas votações da reforma agrária. Em compensação, há constituintes com quase mil propostas, como o senador José Ignácio e o deputado Nilson Gibson. E, verdadeiros campeões em matéria de aproveitamento de suas propostas, como Geraldo Campos. Páginas 5

Tutu Quadros reassume vaga

A deputada Dirce Tutu Quadros (PTB/SP) reassumiu ontem suas funções na Constituinte em audiência ao deputado Ulysses Guimarães, a quem pediu para ver os pedidos de licença que lhe teriam sido encaminhados por ela. "Se assinei alguma coisa, foi dopada", assegurou a deputada, negando que houvesse sido internada na Suíça para tratamento psiquiátrico e se declarando vítima de "uma grande violência psiquiátrica".

Acompanhada da deputada Rita Camata (PMDB/ES), Tutu Quadros recebeu de Ulysses Guimarães a garantia de que hoje terá cópias dos pedidos de licença. O primeiro, por um período de 30 dias, e o segundo, enviado da Suíça, solicitando uma prorrogação por mais um mês. Ela se queixou de que seu suplente jamais poderia ter assumido, já que isso ocorre apenas diante de pedidos de 120 dias de licença.

A deputada, no entanto, cometeu um equívoco. Seu suplente não chegou a assumir, como ela disse. Nos 35 dias em que esteve afastada, comentou que "aconteceu alguma coisa que merece uma explicação de alguém". E afirmando que assumia "com muita garra" e "tão bem como sempre estive", fez uma promessa: "Vou levantar muita poeira nesse país".

Até o momento, contudo, Dirce Quadros revelou que move apenas um processo, contra a revista Veja, que noticiou sua internação na Suíça, que negou com veemência. Contra o pai, que acusa de haver mandado dopar por "quatro gorilas" e internar numa clínica "suspeita" em São Paulo, disse que nada fará, porque "eu só tenho um pai".

Dirce Quadros também negou que até agora tenha se mantido à parte do processo de elaboração da nova Carta Magna: "Apresentei emendas legalizando o aborto e liberando o jogo em estações balneárias". Revelou, ainda, que travará mais uma luta na Constituinte, para corrigir a legislação que permite a internação, para tratamento psiquiátrico, com autorização dos pais, filhos ou até patrões.

Ao se depararem com o 2º vice-presidente da Constituinte, deputado Jorge Arbage, no gabinete de Ulysses, Rita Camata e Dirce Quadros fizeram duras críticas à proposta dele de fechar as galerias à população nas sessões de votação. "Elas só comportam 935 pessoas. Ainda que lotadas, não se poderia considerar que o povo estivesse lá dentro", tentou se esquivar Arbage, mas Rita insistiu na participação popular, argumentando que quem enfrenta palanques não tem porque se preocupar com segurança diante de uma galeria com 900 pessoas.

Richa acha que recesso agradou

Rio — O senador José Richa, do PMDB paranaense, mostrou-se ontem, no Rio, satisfeito com a repercussão que sua idéia de recesso da Constituinte por 30 dias vem alcançando junto às lideranças políticas.

O senador negou que tivesse pedido formalmente o recesso pois, do contrário, não estaria consultando as lideranças, alegando ter apenas levantado a hipótese de alguma coisa que se pudesse fazer em benefício da atual conjuntura, uma vez que "não é possível nós ignorarmos a conjuntura como políticos", conforme frisou, para acrescentar não ser possível, principalmente, "não termos a consciência de que quanto mais a conjuntura se agrava, maior a sua influência sobre o próprio trabalho constituinte".

Segundo José Richa, uma Constituição não pode ser fruto de uma votação e de uma aferição numérica mas, sim, do entendimento, para que possa ser um instrumento duradouro e esse não pode se basear em debates emocionais e radicais. As reações contrárias à idéia se devem, no seu entender, em parte ao não-entendimento da maioria da classe política e, por outro lado, à hora difícil que o País atravessa. Ele, contudo, não descartou também a existência de interesses pessoais de candidaturas em jogo dentro da própria Assembléia Nacional Constituinte.